

A expansão do terceiro setor nas escolas públicas paulistanas: os projetos esportivos sociais e seu contexto de desenvolvimento.

Silvio Sipliano da Silva
Marcos Garcia Neira

1 – Introdução

Tencionando analisar criticamente a inserção dos Projetos Esportivos Sociais no interior das escolas públicas paulistanas e seus reflexos no currículo da Educação Física. Realizamos um levantamento bibliográfico com foco nos diversos artigos que focalizaram o problema. Objetivamos discutir as propostas educacionais e de inclusão das ONGs (Organizações não-governamentais), que atuam nas escolas públicas ou que atendem à comunidade que as freqüentam e que têm enfatizado em sua trajetória histórica a utilização do esporte ou outras manifestações corporais como veículo privilegiado na busca da equalização social. Iniciando os trabalhos, selecionamos alguns artigos que abordam a questão, objetivando melhorar nossa compreensão a respeito das suas especificidades, pontos de destaque, limitações, realizações e, principalmente o atendimento à população a que se destinam.

A partir da análise desses materiais, vislumbramos algumas evidências que nos permitem melhor refletir a respeito do fenômeno “projetos esportivos sociais no interior das escolas públicas”, o qual se inscreve na tendência hegemônica das políticas neoliberais voltadas para as camadas da sociedade desfavorecidas economicamente que, de forma direta ou indireta passam a fazer parte do currículo e da vida escolar onde estão inseridos.

2. – Experiências práticas do Terceiro Setor: uma esteira para a inclusão e a equalização social ou novas estratégias para manutenção da tutela imposta à população pobre.

O número de programas e projetos do Terceiro Setor que promovem o esporte, a atividade física e o lazer com objetivos educacionais, têm crescido significativamente nos últimos anos. Melo (2005), atesta que a implementação e a gestão de políticas sociais representam novas faces de atuação do Estado capitalista em nosso tempo. Diante dessa assertiva temos percebido que a Educação Física, o esporte e o lazer têm sido amplamente utilizados como ferramenta estratégica no desenvolvimento das ações destas instituições.

Às vezes nos perguntamos como seria possível o esporte e a Educação Física se constituírem em aliados ao desenvolvimento da humanidade. Este questionamento parte das

alegações de Costa (2006), considerando que a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU proclamou 2005 como o ano Internacional do Desporto e da Educação Física.

Araújo (2001) *apud* Correia (2008) relata a existência de um *locus* identificado como mercado social, criando um campo de ações assistencialistas que objetivam eliminar ou diminuir os desequilíbrios sociais e econômicos, oferecendo diversos serviços compensatórios às comunidades vulneráveis ou carentes. Neste mercado, várias esferas do setor privado e sociedade civil utilizam recursos e experimentam técnicas de gestão para tirar vantagens com o desenvolvimento do trabalho social.

Em relação a esta questão, Correia (2008) afirma que nesse contexto mercantilista e assistencialista, que tende a simplificar e aumentar a expectativa de soluções dos problemas e mazelas sociais, a educação física, o esporte e o lazer acabam sendo incorporados como instrumentos ideais para atender às demandas do chamado terceiro setor.

Considerando essa assertiva, Melo (2005), acrescenta que a partir de 1995, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, as relações entre as ONGs e o Estado se intensificaram, tendo como um dos pontos principais a ênfase no acesso aos fundos públicos, passando esta ação a figurar como uma das principais bandeiras da ABONG (Associação Brasileira das Organizações não Governamentais). Outro ponto importante dessa proposta era garantir o acesso a fundos públicos para entidades que efetivamente estejam comprometidas com a defesa da qualidade de vida da população e com a construção da cidadania.

O trabalho de Melo (2005) a respeito da Vila Olímpica da Maré, uma política pública de esporte e lazer desenvolvida na favela carioca, é um exemplo disso. A idéia de um centro esportivo na favela da Maré ocorreu a partir da criação de uma associação, em 1995, que congregava as associações de moradores de todas as comunidades que formavam o complexo da Maré. A criação do Centro esportivo tornou-se uma das bandeiras de luta e reivindicações junto aos governos. Esta construção no complexo da Maré, local mais conhecido pelas notícias envolvendo o tráfico de drogas e violência, contribuiria para modificar essa imagem.

Esta visão preconceituosa, muitas vezes ancorada em políticas segregacionistas, também se respalda no sonho da transformação do país em uma nação olímpica e, conseqüentemente na “mágica” de tirar os meninos e meninas das ruas e transformá-los em atletas bem sucedidos. Dessa forma, Correia (2008) alega que existem projetos políticos oportunistas ou identificados com a busca de talentos que, associados à carência de um planejamento adequado, têm contribuído para o desprestígio de muitas ações nessa área.

Talvez, esta dinâmica de hipertrofia das Organizações não Governamentais que temos presenciado nas duas últimas décadas tenha relação com a incessante busca da

população por uma perspectiva mais participativa na vida social. O que, de acordo com Molina (2004), exige novas formas de organização social. A esse respeito, a autora destaca a formação dos Centros de Comunidade de Porto Alegre nas décadas de 70 e 80 como um importante instrumento em direção a uma nova política de relação entre Estado e Sociedade Civil, figurando como uma estrutura chave para o projeto nacionalista da época, em que o desenvolvimento comunitário era sinônimo de integração nacional.

Porém, cabe destacar os apontamentos de Melo (2005) que explicam que outra face da Vila Olímpica da Maré, como educadora político-coletiva refere-se à difusão e promoção do chamado trabalho voluntário, exemplificado no caso do projeto envolvendo mães de alunos e moradores do entorno da Vila que estivessem desempregados.

Costa (2006) complementa que o desenvolvimento do Programa Segundo Tempo, atua na concepção de ensino integral através de atividades esportivas no contra-turno escolar. Dentre seus objetivos específicos, destaca-se a contribuição para a redução do tempo de exposição a situações de risco social, a diminuição da evasão e repetência escolar das crianças e adolescentes e, a participação familiar.

Santos e Freire (2006) destacam a *indiscutível* (grifo nosso) relevância do Projeto Esporte Talento, visto que para muitas comunidades, eles representam a única oportunidade de acesso a direitos universais como alimentação, lazer e educação. Definitivamente não podemos concordar com essa afirmação que reduz a vida social das pessoas a sua suposta participação no projeto.

Esta assertiva nos faz retomar a premissa de sustentação do projeto defendida pelas autoras. O texto em questão afirma que o projeto tenciona “(...) colaborar para a formação de indivíduos críticos, reflexivos e autônomos em suas relações sociais (p. 35)”. Porém, o que percebemos de fato é a força que se faz em prol da dependência dos participantes ao projeto.

A esse respeito consideramos interessante refletirmos sobre a idéia exposta por Molina (2004, p. 13). A autora da seguinte opinião: “Com a implantação da idéia do Projeto de Centro de Comunidade o governo busca o desenvolvimento comunitário através de estratégias de participação popular, sem dar-se conta de que, em se tratando de governar com a participação cidadã, a antiga experiência em prescrever comportamentos e atitudes, nos marcos sectários e assistencialistas, estava exposta a novos desafios (os democráticos, distintos das antigas prescrições sectárias e assistencialistas)”.

Marques (2008), também considera o esporte como um fator de inclusão social, por se tratar de um poderoso mecanismo de integração entre crianças e adolescentes, podendo ser considerado como ferramenta pedagógica na escola ou em outros contextos,

dependendo das ações desenvolvidas pelos professores ou monitores, onde se desenvolva uma educação esportiva de qualidade.

Santos e Freire (2006) atestam que Sarabia (2000) assevera que o aprendizado de valores, normas e atitudes ocorrem em etapas, que se adequam ao desenvolvimento da moral dos indivíduos. Este aprendizado pode ser processado de três formas: pela submissão, imitação ou internalização.

Em relação ao ensino dos conteúdos procedimentais, atitudinais e conceituais (dimensões dos conteúdos) a reflexão que entendemos ser relevante é analisarmos se é possível separar a ação da pessoa em dimensões, considerando que seu fazer está articulado culturalmente. Quanto à definição de submissão, será que os currículos formais e informais (inclusive o projeto esporte talento), não vêm cumprindo com certo êxito o papel de nos ensinar a aceitarmos passivamente às inúmeras injustiças a que somos submetidos? Não estamos aprendendo também a não nos importarmos com os problemas dos “outros” (leiam-se os pobres do mundo).

O trabalho de Correia (2008) aponta alguns aspectos que podem contribuir para uma maior conscientização dos profissionais de Educação Física, em relação aos objetivos e ao valor social dos projetos relacionados a esta área do conhecimento. É necessário evitar a abordagem mercantilista dos problemas sociais adotada por alguns autores e organizações estatais, privadas e empresariais. No campo da gestão social ainda não foram encontrados nem definidos instrumentos e teorias tão consolidadas quanto às do setor empresarial. “Segundo Dowbor (1999) *apud* Correia, (2008, p. 93) enquanto as áreas produtivas dispõem de um sólido acúmulo teórico sobre a sua gestão (...), a área social não dispõe dos paradigmas de gestão correspondentes e fica oscilando entre burocratismos estatais ultrapassados e privatizações desastrosas. Os serviços sociais são diferentes e necessitam de respostas específicas”.

Retomando o Projeto Esporte Talento e, considerando as premissas de Correia, nos deparamos com um contraponto. Ou seja, se o planejamento, a escolha dos conteúdos, entre outras coisas, são definidos *a priori*, cabendo aos participantes, apenas sua execução. Como a proposta poderá promover a formação de pessoas críticas e autônomas perante suas relações sociais?

Retomamos e reiteramos as contribuições de Molina (2004), que identifica no trabalho desenvolvido em Porto Alegre, nos Centros de Comunidade entre os anos de 1974 e 1994, espaços concebidos com base em duas expressões a de “desenvolvimento de comunidade” e “cidade educativa”, sendo a primeira entendida como trabalho participativo de grupos comunitários, objetivando melhorias coletivas, harmonizando suas ações com os governos locais e nacionais. A segunda noção é entendida como o próprio ambiente, permitindo

uma análise da relação entre o meio urbano e a educação: a cidade como entorno educativo; como fonte educativa e como conteúdo da educação.

A pesquisa de Molina (2004) reforça uma característica interessante neste sentido. Trata-se da importância dada à participação da comunidade, fato explicitado pelos conceitos de “desenvolvimento de comunidade” e “cidade educativa”, tratados no parágrafo anterior. Isso possibilita melhores condições para a politização dos atores envolvidos, tornando-os sujeitos do seu fazer e de sua atuação neste processo social mais global.

Mesmo operando nesta perspectiva, o referido projeto também não ficou imune ao recorrente processo de descontinuidade que tem se constituído como marca registrada destas ações governamentais ou do terceiro setor, no desenvolvimento das políticas públicas em nosso país.

Percebemos, ao analisar as práticas e procedimentos apontados no decorrer do trabalho de Santos e Freire (2006) que as ações coletivas ocorrem de forma homeopática e dizem respeito a questões periféricas e pontuais, por isso, não conseguimos enxergar como esta ação poderá contribuir para a formação de pessoas que atuem em seu meio social de forma crítica, na direção de uma vida democrática e cidadã.

Em relação a esse fato, recorremos ao conceito de ação antidialógica de Freire (1987), para argumentar que mesmo quando temos nas lideranças dos projetos sociais, representantes da comunidade, esse fato se constitui apenas em uma possibilidade democrática, mas não é uma garantia. Isso, porque não é possível liderar uma ação comunitária que pretenda ser libertadora, pensando nos participantes como meros fazedores e executores das determinações que emanam da concepção teórica dessa ação. Para continuar dominando àqueles que na correlação de forças, possuem poder, negam às massas a possibilidade do diálogo e da “práxis verdadeira”. O autor advoga a favor de uma atitude pautada na práxis revolucionária, onde a liderança não pode ter nos participantes o objeto de sua posse.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Percebemos na análise dos trabalhos que o conceito de terceiro setor, propaga uma onda de solidariedade, onde o termo “responsabilidade social” passa a ser utilizado cotidianamente nas mais diversas situações. A proposta pedagógica nesse movimento não pode ser reduzida, considerando que, as empresas que estão atentas às estratégias para o consenso, adotando uma postura de bem-feitor social, evidenciam a proximidade e os laços entre o projeto neoliberal e a difusão destas políticas.

Veiga - Neto (2005) cita Foucault afirmando que se pelos fins do Renascimento, governar não se referia apenas à gestão política e do Estado, pois estava ligado

também à maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes. Esta passagem aponta algumas pistas da razão da existência dos projetos sociais. Podemos inferir que eles atuam em uma estrutura complexa e diversificada tencionando ampliar o “governo” de um determinado grupo sobre outro. Não distante, é necessário associar que os principais idealizadores e executores do terceiro setor pertencem ao segmento empresarial, logo o grupo que manda, que governa.

Uma das principais justificativas da implementação dos projetos sociais esportivos percebidas está relacionada com o fato de retirar os meninos e meninas das ruas, afastando-os das situações de risco.

O que de acordo com Martins (1997), cria um quadro de pessoas incluídas precariamente. Para o autor o termo exclusão é um equívoco teórico, defende que todos estão incluídos no local adequado que devem ocupar na vida social, este local de uma certa inclusão marginal, é definido pelos grupos que produzem as injustiças sociais e geram a existência desses guetos. Diante disso, nos parece que os projetos sociais destinados a combater a exclusão, incluem os participantes invariavelmente pobres, a um destino descomprometido com a alteração dessas condições tão assimétricas. Ou seja, os projetos incluem a todos os seus participantes numa vida pautada na pobreza.

Em relação à utilização do esporte como a panacéia de todos os males, nos posicionamos contrários à visão salvacionista veiculada em alguns artigos analisados, registramos que houve trabalhos como o de Melo (2005) que além de combater essa máxima, também critica a mercantilização das relações sociais e educativas que celebram a lógica meritocrática e individualista de resolução dos problemas sociais.

Nesse sentido, de acordo com Mc Laren (2000), as práticas discursivas merecem destaque, são elas que formam identidades. Logo, ao instituímos um programa social voltado especificamente para os pobres, esta linguagem atua para constituir uma subjetividade de inferioridade nos participantes. Essa prática discursiva tem por objetivo reafirmar e tornar natural a condição de inferior desta camada da população. Mais ainda, faz com que ela ao se reconhecer inferior pela prática discursiva de dominação utilizada, atue com gratidão diante dos “benefícios” que os “Bens Feitores” que operam neste sistema lhes proporcionam. Isso nos serve de indicação para inferirmos que os programas e projetos de governo são mecanismos estratégicos e discursivos que calam as vozes e potencializam o processo de exclusão da população menos favorecida economicamente.

Finalizamos destacando o apelo de algumas iniciativas ao trabalho voluntário, tencionando legitimar o projeto na comunidade na qual se insere, contando para tanto com as lideranças comunitárias como forma de sustentar a viabilidade do projeto. Trata-se

da construção de uma idéia estratégica em direção a formação de hegemonia – obrigar os participantes e seus familiares o agradecimento pelas graças concedidas pelas instituições (ONGs ou Governos).

Esse estudo parcial pretende avançar na pesquisa, dando continuidade no curso de pós-graduação realizado na FEUSP. Por enquanto essa é nossa contribuição provisória para a reflexão do tema.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORREIA, M.M **Projetos Sociais em Educação Física, Esporte e Lazer: Reflexões preliminares para uma gestão social**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 29, n. 3, p. 91-105, maio 2008.

COSTA, R. O. **Considerações sobre um programa esportivo de iniciativa do governo federal brasileiro**. Revista Digital – Buenos Aires. Ano 11. N 102, novembro de 2006. Fonte:<http://www.efdeportes.com/efd102/esportiv.htm> acesso em 04/01/09.

FREIRE, P., **A dialogicidade, essência da educação como prática da liberdade**. IN: FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, 17^a ed. Rio e Janeiro, Paz e Terra, 1987.

MARQUES, M. N. **As contribuições do Programa Segundo Tempo para os discentes de uma escola estadual da Santa Maria (RS): um estudo de caso fenomenológico**. Revista Digital – Buenos Aires. Ano 13. N 124, SETEMBRO de 2008. Fonte:<http://www.efdeportes.com/efd124/esportiv.htm> acesso em 04/01/09.

MARTINS, J. S. **O falso problema da exclusão e o problema social da inclusão marginal**. IN: **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997. – (coleção: Temas de atualidade).

MC LAREN, P. **Multiculturalismo revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio** Trad. Marcia Moraes e Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

MELO, M. P. **Vila Olímpica da Maré e as políticas públicas de esporte em favelas do Rio de Janeiro**. IN: NEVES, L. M. W. (org.), **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

MOLINA, R. M. K. **A participação cidadã os marcos das políticas de lazer: implicações e protagonismos. O caso do Projeto Centro de Comunidade, na cidade de Porto Alegre**. Revista Movimento, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 11-37, maio/agosto de 2004.

SANTOS, R. e FREIRE, E. S. **Educação Física e Esporte no Terceiro Setor: estratégias utilizadas no ensino e aprendizagem de valores, atitudes e normas no Projeto Esporte Talento**. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte – 2006, 5 (I): 35-45.

VEIGA-NETO, A. **Governo ou Governo**. Revista Currículo sem Fronteiras, v. 5, n. 2, pp. 79-85, jul/dez 2005. Fonte: <http://www.curriculosemfronteiras.org> acesso em 04/01/09.